



Traduzindo o jornalismo multimídia para tablets com a Teoria Ator-rede¹.

André Fabrício da Cunha Holanda²
Universidade Federal da Bahia
Faculdade 2 de Julho

RESUMO

Este artigo apresenta as propostas da Teoria Ator-rede, de modo a mobilizar sua metodologia para o estudo das transformações do conteúdo jornalístico na sua adaptação aos dispositivos portáteis de leitura, comunicação e acesso à informação. Neste percurso, serão apresentados os conceitos principais da TAR, com exemplos de aplicação, e propostas de temas a serem discutidos que possam ser esclarecidos a partir desta perspectiva.

PALAVRAS-CHAVE

Convergência; Multimídia; Jornalismo online; Teoria Ator-rede; Mobilidade.

CORPO DO TRABALHO

A tarefa de mapear a adaptação de produtos jornalísticos aos dispositivos portáteis de leitura e navegação exige um posicionamento frente a determinadas tensões típicas das discussões que tratam da influência da tecnologia sobre as práticas sociais. Não se pretende aqui dizer que tal adaptação do jornal a dispositivos específicos seja um resultado necessário destes desenvolvimentos tecnológicos.

Mais do que modificações determinadas por novas condições técnicas, nossa abordagem privilegia a complexa interação entre atores humanos e não-humanos. Esta perspectiva assume que modificações da produção do conteúdo noticioso, usos inovadores dos dispositivos de acesso e novos hábitos de leitura e trabalho configuram um novo campo de possibilidades para a publicação jornalística onde os aparelhos portáteis são um elemento chave.

Quando surge a possibilidade de publicação eletrônica de conteúdo jornalístico em dispositivos como tablets, leitores de e-books e smartphones, acalorados debates sobre o significado e as consequências da “invasão” dos mais diversos aspectos da nossa vida pelos dispositivos digitais já constituem uma verdadeira tradição acadêmica.

¹Trabalho apresentado no GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Doutorando do Programa de Comunicação e Cultura Contemporânea da UFBA. Professor e coordenador de Pós-graduação da Faculdade 2 de Julho.



Na verdade, parte dos objetivos e valores que nortearam estes projetos tecnológicos foi estabelecida muito antes destas discussões tornarem-se corriqueiras. E o esclarecimento destas tensões exige uma compreensão de como estes programas de ação foram inscritos nos objetos técnicos analisados.

A discussão sobre convergência midiática, por exemplo, continua vítima de um mal-entendido que já foi desmentido tanto pela experiência prática, quanto por livros bastante populares, a exemplo de “Cultura da Convergência” de Henry Jenkins (2005). Trata-se da ilusão de que estamos prestes a testemunhar o surgimento de um dispositivo convergente capaz de substituir todos os outros meios de acesso à informação. Nesta perspectiva, este desenvolvimento seria o ápice e o coroamento do processo de convergência midiática.

Nossa experiência pessoal certamente mostra o contrário, os dispositivos se multiplicam em nossos bolsos, mesas, carros e casas vendendo cada um suas próprias especialidades, ao mesmo tempo em que oferecem por conveniência, funcionalidades adicionais.

A convergência midiática ocorre simultaneamente em diversos níveis: no plano linguístico, surge o fenômeno conhecido como multimídia; no plano das organizações, surgem novas formas de produzir e vender conteúdos; e no plano dos dispositivos, a especialização tradicional desaparece, permitindo que cada mensagem possa ser veiculada e experienciada em vários dispositivos diferentes. Este artigo propõe uma forma para compreender este fenômeno tão evidente e ao mesmo tempo surpreendente de convergência e hibridização simultâneas no que toca a publicação de conteúdo jornalístico.

O choque provocado pela proeminência das inovações tecnológicas absorvidas a toda pressa pela nossa sociedade trouxe uma onda de crítica justa e necessária, mas que, com muita frequência, peca por um estranhamento que acaba forçando uma oposição artificial entre *o humano* e *o tecnológico*.

Dizer que a tecnologia supera ou ultrapassa as capacidades humanas não é o mesmo que dizer como McLuhan que ela seja uma extensão destas capacidades. Por conta disto, estes discursos se caracterizam como esforços de resistência a uma tecnologia que ameaça nos dominar ou, falando de forma mais sensata, capaz de armar quem deseje



nos dominar de modo a torná-los insuperáveis para a maioria de nós. Desta forma, esta oposição acaba criando um imperativo de defesa da própria humanidade.

A primeira contribuição deste artigo será apresentar os princípios da *Teoria Ator-rede* criada por Michel Callon e divulgada por John Law, Bruno Latour entre outros, que pretende oferecer uma resposta ao impasse trazido por este tipo de controvérsia entre os domínios do Humano, ou social, do natural e do técnico.

Para Bruno Latour o mapeamento das controvérsias é parte fundamental da apreensão dos processos sociais. Fiel a este método, ele critica a interpretação proposta por Heidegger da tecnologia como nosso *Gestell*, palavra que costuma ser traduzida como “enquadramento” e que no trabalho do filósofo busca designar nosso “destino”, no sentido fatalista de “aquilo a que estamos fadados”. Este destino nos revelaria habitantes de um mundo que ganha existência e sentido já enquadrado pela tecnociência como mera reserva de recursos. Habitantes de um tal mundo, estaríamos “fadados” ao mesmo enquadramento como “recursos humanos” para a nossa própria técnica.

Para Heidegger (1958) a técnica, desde o surgimento da tecnociência, já não pode ser compreendida de forma meramente instrumental, mas sim como forma de provocação do mundo, que passa a ser mobilizado para alimentar nosso trabalho. Enquanto a técnica tradicional buscava “cultivar” a natureza para a produção de coisas úteis à nossa sobrevivência, a técnica moderna transforma a natureza em mero fundo do qual o homem retira recursos para as suas ações. Eis aí a noção de *provocação* tecno-científica do mundo.

Para além das evidentes consequências ambientais desta provocação, tal processo representa o risco de que o próprio homem venha a ser tratado como fundo pela sua técnica, como mero reserva de recursos e potência para a operacionalização técnica do mundo.

Nas palavras de Latour esta posição de Heidegger nós coloca como “os instrumentos da própria instrumentalidade” (LATOURE, 1994, p.30), determinados e dominados por nossas próprias criações. Para explicar sua discordância, passa então a analisar a questão central da instrumentalidade, propondo superar tal visão da mediação tecnológica por uma centrada no conceito de mediação como tradução (LATOURE, 1994, p.30).



Desde da instauração do paradigma moderno, a vida humana só pode ser compreendida a partir da concepção de dois processos ao mesmo tempo concorrentes e codependentes; a **tradução** e a **purificação** (LATOUR, 1993, p. 10). No seu sentido mais geral a tradução (*translation* no texto em inglês) é a criação de seres híbridos pela mistura de elementos naturais e culturais; já a purificação é o processo cultural de criação de dicotomias que terminam por gerar o campo humano, como completamente separado do campo não-humano dos objetos naturais e técnicos.

Esta separação só é possível através do recurso à visão instrumental dos elementos não-humanos. Para conceber as práticas e todos os aspectos da cultura como fenômenos (puramente, ou essencialmente) humanos, é necessário dizer que todos os elementos não-humanos são meros instrumentos. E aqui a palavra “meros” é muito mais importante do que “instrumentos”.

Por isto é inaceitável ao crítico da influência tecnológica na vida humana que a prática social seja modificada (na sua essência?) pelos meios técnicos adotados pelos humanos. O mesmo crítico irá, no entanto, supor que o humano pode ser sempre ameaçado pelo campo do não-humano, principalmente, pelo campo da técnica.

Por conta disto, o estatuto do objeto técnico e seu papel nas práticas sociais é o primeiro tema a ser analisado.

Da intermediação técnica à mediação como tradução

A mediação técnica em Latour possui quatro sentidos diversos, podendo ser vista primeiramente como um programa de ação com seus objetivos, intenções e passos de execução. Neste primeiro significado a mediação é **tradução** (LATOUR, 1994, p.32). Quando um agente não pode realizar por seus próprios meios um dado objetivo, “alista” outros agentes (humanos ou não) que possam permitir a realização da tarefa visada. Ao mesmo tempo é alistado por este segundo agente, posto que precise ele mesmo engajar-se na operação (LATOUR, 1994, p.30).

Surge desta associação um terceiro agente, híbrido, composto pela “solidariedade” entre ator e “objeto” e que acarreta frequentemente o surgimento de um terceiro objetivo imprevisto, surgido, ou exigido por este híbrido recém constituído. Este deslocamento dos objetivos inicialmente determinados é fundamental para compreender e caracterizar



o fenômeno que o autor chama, a partir de Michel Serres, de tradução (LATOUR, 1994, p.30).

Os dispositivos digitais, por exemplo, exigem o aprendizado da suas interfaces e protocolos. Por esta razão terminam produzindo, a longo prazo, modificações na produção e nos hábitos de trabalho dos seus usuários. A noção “usuário capacitado” agora frequente nas nossas relações de produção representa um exemplo de híbrido surgido desta associação. Estes atores só podem ser compreendidos quando se mantém unida a rede que os constitui.

Os dispositivos digitais portáteis trazem novas variáveis para esta relação, novas possibilidades e limitações. Uma garçonne que utilize um destes dispositivos ao invés dos velhos blocos de papel, pode não ver aí uma grande diferença. O repórter em campo perceberá mais facilmente que a verdadeira mudança tem pouco a ver com a substituição do papel pela tela e muito a ver com a conectividade associada à mobilidade.

Nada leva a crer que esta capacidade de conexão em movimento represente o mesmo valor para garçonetes e repórteres, ou, vindo por outro lado, para o processo de produção do restaurante e do jornal. A importância dos dispositivos móveis depende do valor que a velocidade de produção possui nas duas empresas, assim como a possibilidade de produzir em deslocamento contínuo, diminuindo a necessidade de retornar para atualizar a base com as informações colhidas “em campo”, mas depende também do valor que a abrangência da cobertura destes campos possui para o jornal. Cobrir todas as notícias de uma área urbana não é o mesmo que anotar seleções em um cardápio, cobrir a cidade é diferente de cobrir um salão.

Esta diferença de interesses torna claro que um mesmo dispositivo móvel não é o mesmo “instrumento” nas duas situações. Basta lembrar que certamente garçonetes e repórteres estarão utilizando *softwares* muito distintos nos seus respectivos trabalhos para percebermos que o dispositivo técnico não pode ser analisado sem levar em conta outras instâncias de mediação que traduzem seu funcionamento. O que faz o software se não traduzir a interação entre usuário e dispositivo digital?



Para marcar a simetria entre atores humanos e não-humanos, Latour opta por designá-los todos como *actantes*, no sentido utilizado pela semiótica de Greimas: elementos de qualquer natureza que desempenham um papel em uma trama.

Uma vez livres da dicotomia entre sujeito e objeto, podemos conceber toda ação como ação “concertada” entre actantes, que compartilham responsabilidades por ela.

O que nos leva ao segundo sentido da mediação que é o de *composição*. Nesta perspectiva, a composição da ação é realizada pela associação de elementos, sendo que cada um deles é permitido, autorizado e capacitado pelos outros (LATOURE, 1994, p. 35). A ação não é privilégio do ser humano, mas, sim, resultado das associações entre actantes. A própria fabricação dos dispositivos técnicos é uma destas ações que dependem de vastas redes de actantes preexistentes para acontecer.

O terceiro sentido da mediação é a constituição reversível de “caixas-pretas” (LATOURE, 1994, p. 36). *Caixa-preta* é aquela rede de actantes que passamos a ver como uma “coisa” que faz algo. Na verdade são coleções de actantes que podemos tomar como operadores únicos e simples de mediação. Desta forma, seu funcionamento interno é irrelevante e os tomamos como unidades que recebem entradas e produzem saídas, única coisa que interessa a quem as mobiliza.

Enquanto funcionam bem, nossos dispositivos passam despercebidos, já a peça que quebra nos lembra que o ar-condicionado é uma máquina, mas, é também uma complexa rede de dispositivos como termostatos, compressor, filtros removíveis, fusíveis etc. Neste momento a “peça” defeituosa se destaca porque para de contribuir para o funcionamento da sua rede.

Fusíveis emergem na nossa experiência quando estão queimados.

O processo de formação de caixas-pretas foi chamado por John Law de *pontualização* (1992, p.4-5) com o mesmo efeito. Para Law, é esta simplificação da extraordinária complexidade das redes que constituem até mesmo os dispositivos mais simples o que torna possível a inscrição destas caixas-pretas como recursos na construção de redes ainda mais complexas. O efeito cumulativo das suas performances é, portanto, um elemento fundamental do desenvolvimento tecnológico.



Pode-se perceber uma diferença notável entre o tablet e o notebook, assim como entre este e o computador de mesa. Agora esta máquina de computação se apresenta cada vez mais como um simples dispositivo mídiático e se confunde com outros como telefones e televisores. Esta evolução é tipicamente uma estratégia de pontualização que precisa ser estudada pelos usos sociais assim traduzidos.

A *delegação* é o quarto sentido que a mediação tecnológica assume em Latour (1994, p. 39). Aqui o autor explora exemplos de como um actante delega a outros seus poderes, exigências, ou expectativas. A rede de actantes adquire seu potencial desta “distribuição de competências” (LATOURE, 1992, p.158).

Toda uma rede de instituições e agentes públicos do nosso sistema de transportes está “presente” em cada quebra-molas. A vigilância dos guardas está sendo cada vez mais delegada a câmeras de vigilância. Evidentemente o guarda muda de função e de lugar, mas continua atuante, justamente este deslocamento é o sentido profundo da delegação. A função do guarda foi *traduzida* às novas condições, tanto quanto *deslocada*.

Já a sala onde se concentram as imagens captadas pelas câmeras de vigilância é um bom exemplo de *oligopticon* tal como definido por Latour no livro *Reassembling the Social* (2005).

From oligoptica, sturdy but extremely narrow views of the (connected) whole are made possible—as long as connections hold. Nothing it seems can threaten the absolutist gaze of panoptica, and this is why they are loved so much by those sociologists who dream to occupy the center of Bentham’s prison; the tiniest bug can blind oligoptica (LATOURE, 2005, p. 181).

Fenômeno similar de recuo do controle ao oligopticon pode ser observado em casos de jornalismo participativo (HOLANDA, 2007). Diversas iniciativas de jornalismo online que oferecem aos leitores a oportunidade de publicar seus próprios conteúdos deixam ao público a criação de conteúdo e reservam para suas próprias equipes a tarefa mais “nobre” de filtrar e editar o conteúdo por eles enviados.

A compreensão da mediação tecnológica como *tradução* acarreta uma série de consequências teóricas, metodológicas e práticas. Não é necessário abandonar o conceito de mediação, mas sim diferenciá-la da mera *intermediação*, onde um elemento apenas transporta informação, sem transformá-la, até outro nó da rede. Reservaremos o



conceito de *mediação* para os casos onde existe alguma contribuição do actante para o resultado da ação. Mais uma vez: *tradução*.

Neste ponto já podemos compreender plenamente o sentido deste estudo: é criar condições para um estudo das traduções do conteúdo jornalístico aos dispositivos portáteis de leitura e acesso a notícias.

Nesta realidade complexa (no sentido empregado por Edgar Morin), coisas e atores humanos compartilham responsabilidades. A relação entre moral e tecnologia fica desta forma tensionada. Se a moral avalia a tecnologia como meio, mas exige que este seja julgado por outros resultados além dos seus fins utilitários e pragmáticos, invariavelmente erra o alvo, e fracassa justamente no processo de atribuição de responsabilidades.

Se ao invés de instrumento, o dispositivo é um desvio, inclusive em relação aos objetivos e programas de ação prefigurados pelo agente que o mobiliza. Já que cada actante contribui com seus próprios programas, “tecnologias nunca aparecem verdadeiramente como meios” (LATOURE e VENN, 2002, p.251). Este é um dos impasses que a nossa sociedade enfrenta atualmente. A atenção sobre o desenvolvimento tecnológico nunca foi tão crítica quanto hoje, por outro lado, nunca foi tão difícil exigir a responsabilização dos “autores” deste desenvolvimento.

Vejamos um exemplo. O telefone celular prescreve determinadas utilidades para o usuário, basicamente: telefonar em mobilidade; ultimamente: quase tudo (até mesmo telefonar). Para a polícia ele também pode ser utilizado para localizar seu portador através da triangulação do sinal pelas antenas espalhadas pela cidade. Esta possibilidade está inscrita no celular, mesmo que isto não seja de interesse do seu dono, aliás, nem do fabricante e nem da operadora.

O perturbador é que o mesmo pode ser observado com relação aos efeitos que um produto possa ter para a saúde do usuário. Os dispositivos móveis, celulares, tablets, todas as suas várias redes de dados são também aqui um bom exemplo. No caso das emissões de celulares, passamos diretamente das suspeitas ao esquecimento ou à apatia, sem passarmos por nenhuma certeza... continuamos usando os celulares, e o número de dispositivos e redes sem fio aumenta sem parar.



Ator-rede

Explorando a concepção da mediação tecnológica como tradução, já expusemos os aspectos principais da Teoria Ator-rede (TAR) estabelecidos por Callon, como forma de esclarecer os fenômenos sócio-técnicos sem reduzi-los às formas mais usuais de análise dos agenciamentos.

Se o percurso adotado neste artigo foi bem escolhido, então a compreensão do conceito de tradução pode gerar todos os outros conceitos da Teoria Ator-rede sem esforço. Esta abordagem não é questão de estilo, mas sim de coerência. O conceito de Ator-rede não é produto de uma ontologia ou de um paradigma estrutural, sistêmico ou semiótico.

Para Law (1992) uma “sociologia da tradução”, para Latour (2005) uma “sociologia das associações”, a TAR é uma abordagem fundada em uma visão da sociedade como rede heterogênea a respeito da qual não devemos assumir que um sistema ou estrutura “macro” preexistente determine ou ordene interações micro-sociais derivadas.

There is not a net and an actor laying down the net, but there is an actor whose definition of the world outlines, traces, delineate, limn, describe, shadow forth, inscroll, file, list, record, mark, or tag a trajectory that is called a network. No net exists independently of the very act of tracing it, and no tracing is done by an actor exterior to the net. (Latour, 1996, p.11)

O conceito de actante e, em especial, a corresponsabilidade dos actantes na execução da ação, deixam claro que o agenciamento aqui possui um significado peculiar.

Partindo dos resultados encontrados nos seus estudos da ciência e tecnologia (LATOURE, 2000), Bruno Latour afirma que “*microbes, neutrinos of DNA are at the same time natural, social and discourse. They are real, human and semiotic entities in the same breath*” (LATOURE, 1996). Daí a necessidade de religar os laços que conectam estes domínios, reconstruindo conceitualmente a rede de actantes que dá sustentação aos fenômenos estudados. Como resume muito concisamente Stalder (1997, p. 6) “Ator e rede são mutuamente constitutivos”.

O conceito de rede adotado aqui não se resume às redes tecnológicas com as quais estamos acostumados a lidar e discutir. Não se trata da rede que estrutura os fluxos típicos da “Sociedade em rede” de Castells (1999). Tampouco redes sociais no sentido



utilizado pela sociologia (LATOUR, 1996, p.2). A ideia é (re)unir estas instâncias sociotécnicas em uma continuidade de associações capaz de explicar os agenciamentos complexos que buscamos compreender. São estas redes que mantêm a sociedade unida, e não algum laço ou força social mais fácil de postular do que de detectar ou provar (LATOUR, 2005).

A rede nos estudos da Teoria Ator-rede é compreendida no seu sentido topológico, cada nó é visto de acordo com a sua dimensão, quer dizer, seu grau de conexão com outros nós. Qualquer analogia espacial fica em segundo plano, nem espaços, nem campos, nem domínios interessam aqui (LATOUR, 1996, p.2), posto que estas concepções inevitavelmente postulem fronteiras artificiais entre os domínios. Estas divisões abstratas terminam por romper as conexões do social que de fato existe e com isto passam a exigir a “cola” artificial do “Social” unificador criticado por Latour no seu *“Reassembling the social”* (2005).

Desta forma, os efeitos transitam entre natureza, sociedade e mundo técnico sem esbarrar em fronteiras imaginárias (LATOUR, 1996).

Para Latour a dificuldade de compreensão da TAR surge de seus três operadores fundamentais, quais sejam: a já citada definição semiótica de actante, de forma a conceber o papel dos elementos não-humanos junto aos quais os atores agem; a postulação ontológica do agenciamento como operado por redes híbridas de actantes; e finalmente a metodologia voltada a explorar estas continuidades que, para tal, precisa abandonar conceitos globalizantes (totalizantes) já estabelecidos na teoria social (LATOUR, 1996, p.6).

At places the burden of theory on the recording not on the specific shape that is recorded. When it says that actors may be human or unhuman, that they are infinitely pliable, heterogeneous, that they are free associationists, know no differences of scale, that there is no inertia, no order, that they build their own temporality, this does not qualify any real observed actor, but is the necessary condition for the observation and the recording of actors to be possible. Instead of constantly predicting how an actor should behave, and which association are allowed a priori, AT makes no assumption (sic) at all, and in order to remain uncommitted needs to set its instrument by insisting on infinite pliability and absolute freedom. (LATOUR, 1996, p.7).



A constituição e o ordenamento da rede são influenciados por outros fatores além da conectividade de cada nó. Basta lembrar que cada um dos nós é um actante capaz de produzir efeitos e contribuir para o resultado da rede e não simplesmente um *topos* imaterial e sem substância. Por exemplo, John Law lembra (1992, p. 6) que alguns materiais são mais duráveis que outros e, portanto, mais capazes de resistir e guardar formas e relações com outros elementos. Cada actante contribui para o funcionamento com suas próprias características.

É claro que tudo isto depende das associações em que o nó participa. Assim, ainda segundo Law (1992), paredes e grades resistem às tentativas de fuga de prisioneiros, mas sua durabilidade (solidez), não dispensa a vigilância dos guardas. A vigilância, os regulamentos e punições, ainda precisam colaborar com a solidez concreta do cárcere.

Aquilo que a durabilidade faz pela manutenção relativa de ordem no tempo, a mobilidade dos elementos faz pela estruturação no espaço, diferentes meios de transportes usados como viaturas permitem novas configurações e alcances à vigilância. Estes elementos permitem conceber as relações de poder e inclusive a distribuição assimétrica de centros e periferias.

Um terceiro fator de ordenamento é a capacidade estratégica de antecipar as respostas e reações dos materiais a serem traduzidos. Daí a importância de técnicas de contabilidade, burocracia e administração nos processos sociotécnicos.

O último fator de ordenamento tratado por Law (1992, p.7) é o escopo do ordenamento, que para o autor é sempre local, ainda que admita a possibilidade de estratégias globais, que se espalhem e ramifiquem pela rede de forma implícita, sempre a partir do local.

TAR e Mídia

Para Nick Couldry (2004) a Teoria Ator-rede seria um conveniente antídoto para a visão funcionalista da mídia que ainda persiste em boa parte dos estudos contemporâneos criando o que chama de “mistificação da função social da mídia” (COULDRY, 2004, p. 4).

O autor identifica resistências e desencontros, o mais comum talvez seja aquele exemplificado pela posição de Silverstone (*Apud* Couldry, 2004). Para Silverstone, e



esta é uma questão frequentemente levantada, a TAR não teria o que acrescentar à teoria de sistemas mais recente, representada principalmente pelo trabalho com sistemas complexos de Niklas Luhmann.

Existe, no entanto, uma diferença fundamental, como bem mostra Stalder (1997, p. 12-15). O pensamento sistêmico, assim como o mais antigo e criticado estruturalismo, postula a preexistência de um âmbito “macro” capaz de dar sentido (e função) às partes que compõem a sociedade e seus subsistemas. Esta postulação do “Social” é justamente o que Latour (2005) critica mais duramente como empecilho à verdadeira sociologia.

Através da TAR, Couldry propõe uma perspectiva informada pelo estudo das associações e traduções que seja capaz de explorar e rastrear as relações de poder na mídia.

The idea of ‘media power’ is, of course, a commonplace, but its analysis has been bedevilled by the complex two-way nature of the interactions between media institutions and the rest of the social world (whether in terms of social inputs to media production or in the contribution of media productions to social experience and norms). It is ANT that provides us with the most precise language to formulate how this complex flow nonetheless represents a distinctive form of power (COULDRY, 2004, p. 5)

Apesar de reconhecer estes potenciais, Couldry lamenta o que chama de conservadorismo (ou quietismo) político da TAR. Este quietismo seria decorrente, no seu ponto de vista, da pouca atenção dedicada ao tempo na dinâmica de constituição (e possível desmantelamento) das redes que a teoria descreve. O autor resente ainda a falta de atenção aos objetos imateriais “como os textos, que são produzidos para serem interpretados” (COULDRY, 2004, p. 8), e em consequência disto à cegueira da TAR aos âmbitos cognitivos e emocionais informados por estes objetos (*idem*, p.9).

A primeira crítica não se sustenta, como demonstra o trabalho de Stalder (1997, p.8 - 11) que aborda precisamente esta dinâmica temporal ao estudar as fases de emergência, desenvolvimento, e estabilização das redes, explicando os processos de prescrição, mobilização dos actantes e de tradução que são responsáveis pela produção da ação.

A **prescrição** é aquilo que o actante permite ou proíbe, ou seja, o fundamento da “moral” da sua conexão com o conjunto de actantes. A **prescrição** é ela mesma o registro da história do objeto: é o resultado da **inscrição** realizada pelo desenvolvedor e



fundamento da **descrição** realizada pelo analista (STALDER, 1997, p. 7). Frequentemente associada ao conceito de *affordance* de Gibson, a prescrição só pode ser plenamente compreendida como este fator dinâmico, relativista e profundamente enraizado na sua relação com o tempo. Exatamente aquilo que exige anos depois a crítica de Couldry.

Quanto aos textos, a posição dos teóricos da TAR é tipicamente materialista e empiricista. Para eles é a circulação dos actantes que mantém a rede unida e é nesta materialidade que as mensagens devem ser consideradas, uma vez que todas as mensagens são necessariamente gravadas, transmitidas, compostas ou reproduzidas em aparatos materiais, sob pena de não circularem e, portanto, não existirem, no processo social.

Neste sentido a TAR guarda relação com o estudo das Materialidades da comunicação representado pelo trabalho de Gumbrech (1993), Gumbrech e Pfeiffer (1994) e, no Brasil, Erick Felinto (2001), Hanke (2005) e André Lemos (2010).

“O conceito de materialidades visa tratar as mídias para além de uma hermenêutica da comunicação. A teoria parte do princípio que toda forma de comunicação é feita a partir de suportes materiais. Estes devem ser analisados antes de serem interpretados ou abstraídos de suas características materiais” (LEMOS, 2010, p.6).

Já Turner (2005) propõe muito brevemente o potencial da TAR para dar conta do cenário vivido pelo jornalismo nas novas mídias, onde as fronteiras (ainda?) não foram bem definidas nem institucionalizadas. Esta situação parece atender à “vocação” da TAR para mapear, rastrear, traçar a circulação de informação pelas redes que divulgam as notícias, com o mínimo de barreiras profissionais, organizacionais e institucionais que possam interromper artificialmente estas conexões.

No rastro do jornalismo em dispositivos móveis

Este artigo aspira ser um dos elementos mediadores em uma pesquisa maior que tem por objetivo rastrear e traçar a tradução dos principais veículos jornalísticos para a leitura em dispositivos digitais móveis.

Este trabalho envolve o mapeamento dos principais actantes, envolvidos no processo, suas trocas de informações, projetos e retroalimentações. Neste mapeamento, uma tarefa



fundamental é estabelecer quais destes actantes são mediadores que traduzem seus respectivos projetos no macroprojeto resultante e quais são os meros intermediários que simplesmente operam as trocas de informação.

Existe a possibilidade de que o papel dos jornalistas destes veículos na definição de como será montado o meio seja diminuído em favor da influência de equipes técnicas, softwares restritivos ou mal escolhidos assim como de características técnicas de equipamentos de leitura utilizados pelo público, entre muitos outros fatores sobre os quais no momento podemos apenas especular.

Será fundamental, portanto, estabelecer claramente os papéis e poderes que jornalistas, técnicos, público e dispositivos desempenham.

As prescrições inscritas dos dispositivos principais devem ser levadas em conta, assim como aquelas inscritas na produção e na recepção. Estas duas esferas não podem ser compreendidas em separado como tradicionalmente se vê nos estudos da comunicação, mas as redes devem ser percorridas entre emissores e receptores sem parar em barreiras imaginárias.

Não se trata de focalizar o dado empírico de modo a tornar o estudo míope para os efeitos de significado e das esferas e disputas de poder, mas antes, de um esforço para detectar os traços destas tensões e rastreá-los até perceber as diversas influências sofridas e provocadas por uma nova configuração da mídia. A mídia não se limita a veicular relatos sobre a vida social. Compreender este processo de tradução é a chave para entender aqueles efeitos de significado e as relações de poder que se configuram à sua volta.

A Mídia *traduz* a vida social. É preciso compreender suas prescrições.



REFERÊNCIAS

BRUNS, Axel. Gatewatching. Collaborative online News production. New York: Peter Lang Publishing Inc. , 2005.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FELINTO, E. (2001), Materialidades da Comunicação: Por um Novo Lugar da Matéria na Teoria da Comunicação., in Ciberlegenda, n.5. in <http://www.uff.br/mestcii/felinto1.htm>

GUMBRECHT, H. U. (1993). O Campo não-hermenêutico ou a Materialidade da Comunicação. RJ: UERJ, Cadernos do Mestrado, n. 5.

GUMBRECHT, H. U. & PFEIFFER, L. (1994). Materialities of Communication. Stanford University Press.

HANKE, M. M., (2005). Materialidade Da Comunicação – Um Conceito Para A Ciência Da Comunicação?, in Intercom, 2005, disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0680-1.pdf>

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica In: Essais et Conférences. Paris, Gallimard, 1958. Tradução inédita do Pr.Dr. Wilson Gomes (1992).

LATOUR, Bruno 'Where are the missing masses? Sociology of a few mundane artefacts', pp. 225-259 in Wiebe Bijker and John Law (eds) Shaping Technology-Building Society. Studies in Sociotechnical Change. Cambridge MA: MIT Press, 1992.

LATOUR, Bruno (1993) We Have Never Been Modern (Cambridge MA: Harvard University Press)

LATOUR, Bruno, "On Technical Mediation--Philosophy, Sociology, Genealogy," Common Knowledge 3, n. 2 (Fall 1994): 29-64

LATOUR, Bruno, Reassembling the Social -Oxford University Press, 2005

LATOUR e VENN, 2002 Morality and Technology: The End of the Means. Theory Culture Society 2002; 19; 247

STALDER, Felix. Actor-Network-Theory and Communication Networks: Toward Convergence. University of Toronto, 1997. Disponível em: http://felix.openflows.com/html/Network_Theory.html

TURNER, Fred Actor-Networking the News. Social Epistemology. Vol. 19, No. 4, October–December 2005, pp. 321–324 2005